

## Moções

## DEPUTADO CORONEL SALEMA

0797 - DE LOUVOR E APLAUSOS ao Policial Militar RODRIGO CÉSAR DOS SANTOS PEREIRA, lotado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, pelos relevantes serviços prestados à população do Estado do Rio de Janeiro, em especial por sua heroica atuação no salvamento de vidas em incêndio ocorrido em São Conrado.

0798 - DE LOUVOR E APLAUSOS ao 3º Sargento CARLOS RAFAEL BARBOSA CRUZ VIOLA, lotado no 18º BPM (Jacarepaguá), pelos relevantes serviços prestados à população do Estado do Rio de Janeiro, em especial por salvar uma idosa de prédio em chamas.

0799 - DE LOUVOR E APLAUSOS ao Policial Militar GABRIEL SILVA DE OLIVEIRA, lotado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, pelos relevantes serviços prestados à população do Estado do Rio de Janeiro, em especial por sua heroica atuação no salvamento de vidas em incêndio ocorrido em São Conrado.

## DO DEPUTADO JORGE FELIPPE NETO

0794 - DE CONGRATULAÇÕES E RECONHECIMENTO ao Sr. CARLOS ALEXANDRE ALVES MARIANO, Gerente da Clínica da Família Silvío Barbosa, em Senador Camará.

0795 - DE CONGRATULAÇÕES E RECONHECIMENTO ao Sr. VLADIMIR CORRÊA RIJO, da EMPRESA HR SEGURANÇA PATRIMONIAL/GRUPO HR.

## DEPUTADO RENATO ZACA

0796 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS à Sra. ELIZABETH FURTADO COSTA JARDIM, pelos relevantes serviços prestados à sociedade fluminense, por meio do Projeto Candinho & Cia, voltado para o resgate e adoção de animais em situação de abandono e/ou maus tratos.

Id: 2268122

## Comissões

## PERMANENTES

## COMISSÃO SAÚDE

## ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, por meio digital, conforme Art. 6º do Ato "N" /MD/nº 651/2020, reuniu-se a Comissão de Saúde, com a presença dos Senhores Deputados Martha Rocha, Presidente; Enfermeira Rejane, Vice-Presidente; Mônica Francisco, Lucinha e Dr. Deodalto, membros efetivos e Valdecy da Saúde, membro suplente deste órgão técnico. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a sétima Reunião Ordinária, conforme convocação por edital publicado no dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte. Continuando, a Senhora Presidente agradeceu a colaboração dos Senhores Deputados que participaram da discussão e votação por meios digitais, devido à solicitação da Organização Mundial de Saúde - OMS, para tentar conter o contágio do coronavírus/ COVID-19, acrescentou que o propósito da reunião é apreciar e votar os pareceres emitidos no período, bem como discutir e deliberar sobre temas importantes. A seguir, sua Excelência informou ter avocado, em 01.04.2020, Projeto de Lei nº 1193/2019, de autoria do Deputado Bruno Dauaire; em 19.03.2020, Projeto de Lei nº 1591/2019, de autoria do Deputado Bagueira; em 01.04.2020, Projeto de Lei nº 1753/2019, de autoria do Deputado Rosenverg Reis. Seguindo, a Senhora Presidente informou ter distribuído para a Deputada Mônica Francisco, em 18.03.2020, Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1031/2011, de autoria da Deputada Enfermeira Rejane; em 16.03.2020, Projeto de Lei nº 1146/2019, de autoria do Deputado Márcio Pacheco; em 18.03/2020, Projeto de Lei nº 3694/2017, de autoria do Deputado Átila Nunes. Informou também, ter distribuído para o Deputado Dr. Deodalto, em 12.08.2020, Projeto de Lei nº 801/2019, de autoria da Deputada Martha Rocha; em 12.08.2020, Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 2176/2016, de autoria do Deputado Marcos Muller; em 01.08.2019, Projeto de Lei nº 186/2019, de autoria do Deputado Márcio Canella e, em 03.12.2019, Projeto de Lei nº 4564/2018, de autoria da Deputada Martha Rocha. Continuando, foram apresentados os pareceres da Relatora Deputada Martha Rocha: Projeto de Lei nº 1193/2019, de autoria do Deputado Bruno Dauaire: Favorável. Projeto de Lei nº 1591/2019, de autoria do Deputado Bagueira: Favorável. Projeto de Lei nº 1753/2019, de autoria do Deputado Rosenverg Reis: Favorável. Após discussão e tomada dos votos, foram os Pareceres aprovados. Em sequência, foram apresentados os Pareceres da Relatora Deputada Mônica Francisco: Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1031/2011, de autoria da Deputada Enfermeira Rejane: Favorável. Projeto de Lei nº 1146/2019, de autoria do Deputado Márcio Pacheco: Favorável. Projeto de Lei nº 3694/2017, de autoria do Deputado Átila Nunes: Favorável. Após discussão e tomada dos votos, foram os Pareceres aprovados. Por fim, foram apresentados os Pareceres do Relator Deputado Dr. Deodalto: Projeto de Lei nº 801/2019, de autoria da Deputada Martha Rocha: Favorável. Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 2176/2016, de autoria do Deputado Marcos Muller: Favorável. Projeto de Lei nº 186/2019, de autoria do Deputado Márcio Canella: Favorável. Projeto de Lei nº 4564/2018, de autoria da Deputada Martha Rocha: Favorável. Após discussão e tomada dos votos, foram os Pareceres aprovados. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação e esforço de todos e deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual, para constar, eu, Carla Aguiar Falcão, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões (meios eletrônicos), vinte e seis de agosto de dois mil e vinte. (a) Carla Aguiar Falcão, Secretária, mat. 201770-5; (a) Deputada Martha Rocha, Presidente.

**COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E COMISSÃO ESPECIAL INSTITUÍDA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELATIVAS À SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19), CRIADA PELO ATO "E"/GP/Nº 40/2020**

## ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dez horas e trinta minutos, via Plataforma Zoom (videoconferência), reuniram-se as Comissões em epígrafe, sob a Presidência, em ambas, da Senhora Deputada Martha Rocha e contando com a presença do Senhor Deputado Doutor Deodalto, membro das duas Comissões; pela Comissão de Saúde das Senhoras Deputadas Enfermeira Rejane, Mônica Francisco e Lucinha e dos Senhores Deputados membros da Comissão Especial Renan Ferreirinha - Relator, Luiz Paulo, Jorge Felipe Neto, Flávio Serafini e Pedro Ricardo. Participaram, também, os técnicos do TCE, Senhores Andre Cirne de Paula e Jorge Eduardo Salgado Salles. Antes da abertura oficial dos trabalhos os Senhores Deputados presentes debateram por algum tempo, sobre a ausência de um dos depoentes convocados e as providências que deverão ser to-

madas, já que se trata de um depoimento importante. Às dez horas e trinta minutos, havendo número regimental, a Senhora Presidente, abriu os trabalhos comentando que gostaria de fazer algumas considerações. A primeira delas é que tinha sido convocado para esta data o advogado da UNIR - SAÚDE, Doutor Antonio Vanderler de Lima Junior, filho do advogado Antonio Vanderler de Lima, que, segundo consta, doou quarenta mil reais à campanha do Governador Wilson Witzel e que já prestou depoimento nesta Comissão no dia vinte e nove de julho passado. Citou que recebeu ontem, petição do advogado do convocado, Doutor Ricardo Braga, solicitando o cancelamento do depoimento, já que seu cliente é advogado da UNIR e por força de deliberação constitucional, não poderia prestar esclarecimentos sobre a empresa. A Senhora Deputada esclareceu que encaminhou a petição à Procuradoria da Casa, que em despacho, recomendou o cancelamento do depoimento. Explicou que para as onze horas estavam aguardando a presença do Doutor Bruno José da Costa Kopke Ribeiro, Diretor-Médico da UNIR SAÚDE, a quem foi enviada convocação por e-mail, e feitos vários contatos por telefone, e-mail e WhatsApp, mas o convocado não respondeu, apesar de ter visualizado as mensagens, optando deliberadamente por não comparecer. Falou que todas as convocações são feitas em conjunto com a Comissão Permanente de Saúde que não tem o poder de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de conduzir coercitivamente, e que os dois convocados são da UNIR e teriam informações importantes a prestar, já que o Doutor Bruno Kopke também é doador da campanha do Governador Wilson Witzel. Sugeriu, então, que a Comissão encaminhasse ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal documentos que provam a decisão deliberada dos convocados, de não comparecer e nem responder às perguntas que lhes seriam feitas, solicitando que diante dos fatos apresentados pela Comissão, adotem as medidas pertinentes. Após, concedeu a palavra ao Relator, Deputado Renan Ferreirinha, que elogiou os trabalhos, e disse que o objetivo principal das oitivas são as respostas, comentando que a Comissão trabalha com ética e transparência, não constringendo ninguém; que essas pessoas que não compareceram têm informações importantes a prestar e têm que dar satisfações à sociedade e ao Parlamento. Órgão que além de legislar, tem a função de fiscalizar e espera que seja dada continuidade aos trabalhos com a ajuda do Ministério Público que tem a missão de avançar nas investigações; que a atitude tomada pelos convocados é motivo de repúdio, e citou o veto do Governador à criação desta Comissão. Em seguida, a Senhora Presidente concedeu a palavra ao Deputado Luiz Paulo, que mencionou lhe causar decepção perder duas oitivas importantes que dizem respeito à UNIR, e que é necessário, salvaguardar os trabalhos fazendo um arrazoado sobre os dois ausentes, acrescentando que o Ministério Público já é o destino do Relatório Final da Comissão, não vendo problemas em lhes ser enviado um relatório parcial e que receia que as ausências de hoje sejam seguidas pelos demais convocados. A seguir, falou o Deputado Jorge Felipe Neto destacando que a ausência é um desrespeito a uma instituição como a ALERJ e os Deputados não podem ficar inertes, manifestando seu apoio à linha de trabalho com o Ministério Público e a transformação da Comissão em uma CPI. Com a palavra a Deputada Enfermeira Rejane destacou que a Comissão está fazendo seu papel de investigar, trazendo luz ao assunto e, ao não comparecer, os convocados dão margem a que a sociedade tire suas próprias conclusões e que a contribuição do Ministério Público irá ajudar nos trabalhos. Em seguida, foi concedida a palavra à Deputada Mônica Francisco que manifestou seu repúdio pela ausência dos convocados e pela perda de tempo gerada por um depoimento que não se concretiza. afirmou que a Comissão de Saúde da ALERJ está sempre disponível para sanar as questões históricas da saúde estadual, sempre impactada por ações criminosas. Dando prosseguimento, falou a Deputada Lucinha que manifestou sua decepção com a ausência dos dois convocados, pois gostaria de ouvir o Diretor-Médico da UNIR. Citou que já está sendo discutido na ALERJ, a situação das organizações sociais e que, caso não se concretize a ação do Ministério Público, a solução será transformar esta Comissão em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ao final, propôs que aquele órgão técnico faça um levantamento sobre os que se recusaram a comparecer. A seguir, a Senhora Presidente, retomando a palavra, colocou em deliberação as propostas apresentadas, sendo aprovado, por unanimidade, o encaminhamento de Ofício ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal, anexando um arrazoado sobre os convocados, para que façam as averiguações e tomem as medidas julgadas pertinentes em virtude dos fatos apresentados pela Comissão e, em caso de realização de audiências que elas tenham a participação de membros desta Comissão, bem como seja compartilhado o material apurado. Com respeito à transformação da Comissão Especial em Parlamentar de Inquérito, a proposta foi desconsiderada já que, segundo a Deputada Martha Rocha, criaria um grande embaraço, em virtude de o Parlamento também estar envolvido com a Comissão que trata do Impeachment do Governador. Em seguida, nada mais havendo a tratar, franqueou a palavra, e como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião, e, para constar, eu Sueli G. da Rocha Santos, matrícula nº 201.657-4, Secretária "ad hoc", lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Em, 06 de agosto de 2020; (a) Sueli G. da R. Santos - Secretária "ad hoc"; (a) Deputada Martha Rocha - Presidente.

**COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E COMISSÃO ESPECIAL INSTITUÍDA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELATIVAS À SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19), CRIADA PELO ATO "E"/GP/Nº 40/2020**

## ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às nove horas e doze minutos, via Plataforma Zoom (videoconferência), reuniram-se as Comissões em epígrafe, sob a Presidência, em ambas, da Senhora Deputada Martha Rocha e contando com a presença dos Senhores Deputados Doutor Deodalto e Jair Bittencourt, membros das duas Comissões; pela Comissão de Saúde das Senhoras Deputadas Enfermeira Rejane, Mônica Francisco e Lucinha e dos Deputados membros da Comissão Especial, Renan Ferreirinha - Relator, Luiz Paulo, Jorge Felipe Neto e Flávio Serafini. Participaram, também, os técnicos do TCE, Senhores Andre Cirne de Paula e Jefferson Luis Terroso Correa. Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente comunicou que foram convocados a participar nesta data, às nove horas, o Senhor Luiz Claudio Costa, Diretor-Financeiro da Organização Social INSTITUTO UNIR SAÚDE e, às onze horas a advogada, Doutora Ana Cristina da Silveira Costa, Diretora Jurídica da mesma Organização Social, conforme informações prestadas pelo Senhor Marcus Velhote de Oliveira em seu depoimento perante esta Comissão. Estando já online o Senhor Luiz Claudio Costa, a Senhora Presidente explicou o motivo da sua convocação e apresentou suas primeiras questões sobre a profissão, atividade exercida por ele na empresa e em qual período; o relacionamento com o Senhor Marcus Velhote de Oliveira; as unidades que estavam sob administração da UNIR SAÚDE; as razões para a desqualificação; os restos a pagar; a liberação de pagamentos durante a desqualificação e sobre o local onde está instalada a empresa. Prosseguindo, passou a palavra aos demais membros presentes, tendo feito uso dela os Senhores Deputados Renan Ferreirinha Mônica Francisco, Luiz Paulo, Lucinha, Enfermeira Rejane e Doutor Deodalto, que apresentaram indagações ao convocado sobre diversos assuntos, tendo ele falado sobre a relação com a Organização Social DATA RIO; com a FK Consultoria; com o Instituto Nacional para o Progresso do Conhecimento e Saúde - INPCOS; com Luiz Roberto Martins; mencionou se o Senhor Mario Peixoto mantinha relações com a empresa; detalhou a estrutura organizacional da UNIR e as relações de parentesco existentes; falou sobre as quarterizações; sobre os serviços prestados em Nova Friburgo e no Maranhão; disse que a UNIR SAÚDE era bem pontuada pelos serviços prestados; que ele não mantinha contato com fornecedores e relatou como se deram as licitações ganhas pela UNIR SAÚDE, mencionando que o Senhor Marcos Augusto era o responsável pela gestão da empresa, mas não

lembrava o nome completo. Concluindo o depoimento, a Senhora Presidente manifestou sua estranheza com algumas afirmações feitas pelo depoente e as inúmeras contradições em confronto com o depoimento do Senhor Marcus Velhote de Oliveira. Dando prosseguimento, solicitou que a advogada, Doutora Ana Cristina Silveira da Costa, fizesse o login e iniciando o depoimento, pediu que ela relatasse suas atividades na UNIR SAÚDE, o período em que prestou serviços à empresa; como chegou a um cargo de tal importância; se atuou no processo de requalificação; se cuidava, também, de outras questões jurídicas da empresa e se havia outros escritórios que prestavam serviços à UNIR e como seu marido, José Carlos Rodrigues Paes, foi indicado para presidir o Conselho daquela Organização Social. Em resposta, a Doutora Ana Cristina Costa informou que não tinha vínculo de trabalho com a empresa e que a área jurídica era subordinada ao Senhor Marcus Velhote; que ela e o marido foram indicados por seu irmão, Senhor Luiz Claudio Costa, que prestou depoimento anteriormente; que seu marido era servidor do Ministério da Saúde, que foi cedido à Prefeitura de Teresópolis e posteriormente à Secretaria Estadual de Saúde; que ele, apesar de ser Presidente do Conselho, não tinha poder de decisão; que foi a responsável pelo recurso sobre a desqualificação da empresa, detalhando o processo e dizendo que foi pedido por ela o retorno do processo para a ampla defesa e o contraditório. Prosseguindo, a Senhora Presidente passou a palavra aos demais membros, tendo apresentado perguntas aos Senhores Deputados Renan Ferreirinha, Mônica Francisco, Luiz Paulo, Lucinha e Enfermeira Rejane, sobre diversos assuntos, tendo a depoente citado que quem realmente mandava na Organização Social era o Senhor Marcos Augusto Da Silva. Falou, também, se conhecia Lisle Rachel de Monroe Carvalho, o médico Bruno José da Costa Kopke Ribeiro; Luiz Roberto Martins e o Senhor Mario Peixoto; citou as prestações de contas atrasadas; se achava que na desqualificação houve interferência de alguém insatisfeito com a empresa e mencionou que não via impedimento de o seu marido ser servidor público da área da saúde e também atuar como Conselheiro de uma Organização Social. Concluindo o depoimento, a Senhora Presidente agradeceu a presença da Doutora Ana Cristina Silveira da Costa e destacou que, nesse processo, o Governador foi muito benevolente com a UNIR SAÚDE, pois concedeu a requalificação quando havia sido pedido somente o retorno do processo. Em seguida, solicitou aos demais Deputados presentes que permanecessem logados pois daria início às deliberações propostas, que após votadas foram aprovadas. Em seguida, nada mais havendo a tratar, concedeu a palavra, e como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião, cujo inteiro teor está contido nas notas taquigráficas em anexo e, para constar, eu Sueli G. da Rocha Santos, matrícula nº 201.657-4, Secretária "ad hoc", lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Em, 19 de agosto de 2020; (a) Sueli G. da R. Santos - Secretária "ad hoc"; (a) Deputada Martha Rocha - Presidente

(Notas taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Às 9h12 do dia 19 de agosto de 2020, na condição de Presidente da Comissão instituída para acompanhar a situação fiscal, orçamentária e financeira das medidas à Saúde pública de importância relacionada ao coronavírus, Covid-19, pelo Ato nº 40/2020, em conjunto com a Comissão de Saúde, contando com a presença dos Exmos. Srs. Deputados Renan Ferreirinha, Dr. Deodalto e Luiz Paulo; e das Exmas. Sras. Deputadas Mônica Francisco e Lucinha, dou por abertos os trabalhos da 15ª Reunião Ordinária conjunta com a Comissão de Saúde, com o objetivo de ouvir o Sr. Luiz Cláudio Costa e a Sra. Ana Cristina Silveira da Costa, respectivamente, diretores da UNIR Saúde.

Bom dia a todas e todos, bom dia à TV Alerj e a quem nos assiste. E eu quero inicialmente, Dr. Luiz Cláudio Costa, fazer uma observação sobre a determinação da sua oitiva nesta reunião da Comissão da Comissão Especial constituída para apurar os desvios realizados nas ações de combate ao Covid-19.

Quando nós recebemos aqui o Dr. Marcus Velhote de Oliveira, que é indicado pela UNIR Saúde como diretor-executivo da Organização Social, nos causou espanto que todas as perguntas que indicavam qualquer tipo de decisão, ele sempre reportava que essa decisão era tomada pelo senhor, ou então pela Dra. Ana Cristina Costa. Então, eu vou ser bem objetiva e quero pedir a todos objetividade, porque temos duas oitivas. Registro aqui também a presença da deputada Enfermeira Rejane.

Na sequência, eu queria fazer três indagações. Vou fazê-las de imediato para que o senhor as responda. Primeiro, pedindo que o senhor se identifique, se qualifique profissionalmente, e informe qual é a atividade que o senhor exerce na UNIR Saúde - e desde quando o senhor a exerce. E quero também perguntar se efetivamente havia uma subordinação hierárquica de Marcus Velhote de Oliveira, a sua atuação; e qual era a atividade desempenhada por Marcus Velhote de Oliveira, porque nós ficamos com uma sensação de que ele era tão somente alguém que assinava documentos e informações, porque ele pouco contribuiu para o esclarecimento dos fatos.

Então, lhe dando bom-dia mais uma vez eu gostaria de lhe pedir que respondesse a essas perguntas.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DA COSTA - Bom dia, Excelência. Então, o meu nome é Luiz Cláudio Costa, eu sou administrador de empresas. Eu trabalhei na UNIR de outubro de 2018 a novembro de 2019. Eu fui demitido em novembro de 2019 juntamente com grande parte do corpo técnico, depois que a UNIR perdeu os contratos de gestão. Por uma questão de redução de custos, eles adotaram a decisão de demitir grande parte dos funcionários para poder equacionar os custos às expectativas de receita.

O Dr. Marcus Velhote não era subordinado a mim. Ao contrário, eu era subordinado a ele. Eu sou o diretor... era o diretor-administrativo, ele diretor-executivo. Era subordinado a ele e, também, subordinado ao Sr. Marcos Augusto, que faz parte do Conselho e quem determinava os ordens ali internamente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - O senhor poderia dizer quais eram as unidades de Saúde que eram administradas pela UNIR? Eu fiz um levantamento aqui e tenho como sendo administrada pela UNIR a UPA Tijuca, a UPA Campo Grande, a UPA Nova Iguaçu - Nova Iguaçu 1 -, a UPA Santa Cruz, UPA Caxias e UPA Queimados. A UNIR administrava outras unidades de Saúde?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DA COSTA - Eram nove unidades. São três na Zona Oeste: Santa Cruz, Campo Grande 1, Campo Grande 2. Quatro na Baixada, que eram Mesquita, Nova Iguaçu 1, Nova Iguaçu 2, Queimados. Uma unidade em Caxias, a unidade de Sarapuá, e a Unidade da Tijuca.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Qual foi o motivo... nós observamos que a UNIR foi desqualificada em novembro de 2018, me parece que a sua permanência na Organização Social está vinculada a esse ato de desabilitação da UNIR Saúde. Eu quero lhe perguntar por que motivo a Organização Social foi desabilitada? Foi desqualificada, que é o termo correto.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DA COSTA - A desqualificação, a senhora falou 2018. Foi na verdade em outubro de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - 2019. Obrigada pela correção.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DA COSTA - Então, essa desqualificação, que foi tomada por todos lá com surpresa, aconteceu em função de inadequações que eram apontadas e, na sua grande maioria, já tinham sido corrigidas. E aí até o espanto, quer dizer, a surpresa na desqualificação, é porque ao longo do ano de 2019 várias medidas foram adotadas, e inclusive as unidades estavam tendo, pelas apurações, bons resultados de avaliação em relação à execução dos serviços.

Mas, quer dizer, existiam pendências anteriores que não tinham sido corrigidas a tempo. Acredito eu que em função da questão de desequilíbrio dos contratos em relação a recebimento e passivos existentes. Eu fui contratado exatamente até para isso, para tentar equacionar essa questão e tentar resolver. Esses passivos estavam sendo resolvidos. A situação, a meu ver - minha parte não tem a ver com a parte operacional nem com a parte assistencial - mas as informações que eu recebia, em relação às avaliações, ao resultado dos serviços, eles estavam sendo executados e bem avaliados.